



IV Congresso de Educação do CPAN
III Semana Integrada de Graduação e Pós-Graduação do CPAN
'Interfaces da docência: olhares e movimentos da formação inicial de professores'

DO TRABALHO ESCRAVO AO ASSALARIADO: UMA HISTÓRIA QUE A ESCOLA NÃO CONTA SOBRE A PROVÍNCIA DE SÃO PAULO

Maycon Regis Nogueira dos Santos¹

Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS)

Emerson André de Godoy²

Faculdades Integradas Stella Maris de Andradina (FISMA)

RESUMO: Na província de São Paulo, entre as décadas de 1860 e 80, havia diversos movimentos em prol da abolição da escravatura e da investida em trabalhadores imigrantes. Esses movimentos estavam presentes nas discussões entre toda a sociedade e se tornava cada dia mais frequentes na vida da elite local. Diversas eram as razões para que o debate emergisse, como: medo, racismo, pressões econômicas internas e externas, dentre outras. Importante ressaltar que uma leitura muito simplória dos fatos, (que é a mais comum no ambiente escolar), pode acarretar uma falsa justificativa, para que tal movimento ocorresse, ou em uma razão única que sobrepuja qualquer outra. Portanto, por meio de revisão bibliográfica, este artigo pretende levantar questões acerca das formas de trabalho existentes no período do Brasil Império, mais especificamente na província de São Paulo, buscando compreender quais caminhos foram percorridos e de que forma, no intuito de entender o cenário anterior e pós-abolição, dando ênfase à relação do negro com a nova forma de trabalho que se apresentava, e utilizando uma leitura não oficial da história, partindo do pressuposto de que a oficial em muito contribuiu para o apagamento do negro como parte pujante da economia do país e como um agente que produziu e contribuiu, mesmo sendo de forma involuntária, ou seja, escravizado/explorado e que, mesmo assim, foi deletado da História social do trabalho, como se o negro não tivesse sido uma das forças as quais o país levantou seu alicerce, construído com muito sangue e a força dos escravizados que aqui foram trazidos.

PALAVRAS-CHAVE: Trabalho; escravo; assalariado.

INTRODUÇÃO

No período do Brasil Império, muitos foram os acontecimentos históricos importantes que se sucederam por estas terras e um deles foi a abolição da escravidão. Não podemos dizer que este foi um processo fácil ou bem planejado, pois o período que viria após a abolição não foi pensado, o que causou um enorme dano para a população negra e recém liberta.



IV Congresso de Educação do CPAN
III Semana Integrada de Graduação e Pós-Graduação do CPAN
'Interfaces da docência: olhares e movimentos da formação inicial de professores'

Vale acrescentar que o negro também tinha outras formas para se tornar ou ser livre, e uma delas era a carta de alforria comprada por meio do pecúlio, que nada mais é do que o escravo comprar sua própria liberdade com o dinheiro que ele juntava durante a vida. Abaixo segue um fragmento de uma carta de alforria que consta no livro “Como se de ventre livre nascido fosse”:

Por este por mim feito, e por mim assignada, declaro que sou senhora e possuidora de uma escrava de nome Pátricia, parda, de trinta e sete annos de idade, solteira, natural d’esta província, matriculada sob número quinhentos e dôse e oitenta das relações, na collectoria do primeiro districto, em vinte e dois de Abril de mil oitocentos setenta e dois, a qual Patrícia, de minha livre e espontânea vontade, e sem constrangimento de pessoa alguma, concedo desde já a liberdade; e de facto liberta fica de hoje para sempre [...]. (PENTEADO, 1993, p. 60-61).

Esta carta foi escrita no ano de 1877 e concedia a liberdade a uma escrava de nome Patrícia a qual tinha comprado de “sua dona” a sua liberdade. Num primeiro olhar tem-se a impressão de solidariedade e compaixão da então dona de escravos para com os seus, contudo, a história nos traz outro olhar para essa realidade, revelando a verdade, trata-se exclusivamente de mais um negócio; ou seja, o que esta por trás de um ato de solidariedade é na verdade uma transação financeira em que um ser humano se vê obrigado a comprar sua liberdade.

Neste sentido, aquilo que aparentemente tem ares de liberdade, ainda que conquistado enquanto mercadoria, tem seus meandros, uma vez que esses negros alforriados passavam a ser um problema para as províncias brasileiras, no sentido de que não se pensava em como inseri-los novamente na sociedade.

Uma vez que o negro recém-liberto tinha outra concepção de liberdade, ser livre era muito mais do que poder trabalhar e receber pela sua mão de obra.

O IMIGRANTISMO COMO SOLUÇÃO PARA O FIM DA ESCRAVIDÃO

Nas décadas de 1860 e 1870, havia um movimento formado por deputados em prol da imigração como força de trabalho em terras paulistas, contudo, a divergência estava basicamente em quem constituiria a nova força de trabalho, ainda que convergindo na ideia esse movimento divergia na configuração pois, há os que lutavam pela imigração como já mencionado e outros que lutavam pela inclusão da mão de obra nacional.



IV Congresso de Educação do CPAN
III Semana Integrada de Graduação e Pós-Graduação do CPAN
'Interfaces da docência: olhares e movimentos da formação inicial de professores'

Muito se falou sobre esses deputados serem progressistas e estarem com pensamentos menos conservadores do que nas outras províncias brasileiras, faz -se necessário salientar que tal discussão não pode ser analisada tão simplesmente, pois existiam outras questões em jogo. Aprofundado essa discussão, Celia Maria Marinho de Azevedo (1987) ressalta que:

A “onda negra” — imagem vívida do temor suscitado pela multidão de escravos transportados do norte do país para a província no decorrer das décadas de 1860 e 1870 — esteve na raiz das motivações que impulsionaram os deputados provinciais a se mobilizarem numa forte e decisiva corrente imigracionista. (p. 111).

Esta onda foi um dos motivos que levaram deputados a votarem em prol de projetos abolicionistas e imigracionistas, pois havia um medo muito grande em que essa enorme quantidade de negros se revoltasse e, por estarem em maior número, conseguissem sair vencedores ou causasse um grande estrago contra seus senhores. Percebe-se que aquilo que parece ser um pensamento progressista nada mais é do que uma tentativa de reorganização das relações sociais em prol da elite dominante. Com isso, achavam mais prudente a vinda de imigrantes não escravos do que a manutenção da escravidão. Além disso, muitos deputados defendiam a imigração por achar que os negros e pobres livres, que aqui residiam, não estavam aptos ao trabalho em forma contratual ou eram vadios, vagabundos e não tinham condições alguma de trabalharem na forma assalariada.

O medo da chamada “onda negra” motivou a por parte dos deputados a criação de vários projetos no intuito de impedir o envio de escravos para a província de São Paulo, inclusive, alguns deputados sugeriam que fossem cobradas multas para quem trouxesse escravos de outras províncias.

Segundo Azevedo (1987):

Ao votarem altos impostos sobre os cativos trazidos para São Paulo estes parlamentares — em sua maioria representantes de interesses agrícolas e eles mesmos fazendeiros — procuravam evitar que os proprietários continuassem a importar mais e mais negros. Sua esperança era que, em vista desta desvalorização forçada da mercadoria escrava, os capitais passassem a ser canalizados para os planos imigratórios. Somente assim a sua asserção de que o trabalho livre era mais produtivo do que o trabalho escravo mereceria o crédito de seus abastados eleitores. (p. 111).



IV Congresso de Educação do CPAN
III Semana Integrada de Graduação e Pós-Graduação do CPAN
'Interfaces da docência: olhares e movimentos da formação inicial de professores'

A ideia de cobrar impostos dos fazendeiros que trouxessem negros escravos de outras províncias ganha fôlego e é aprovada pelos então deputados da província de São Paulo e obrigava ao fazendeiro que importasse escravos pagar o valor de 200\$ (duzentos contos de réis) por escravo ingressante. Essa lei foi aprovada em 1871 e revogada em 1873, quando havia um desânimo nas questões imigrantistas, contudo, esse debate ressurgiu novamente em 1875.

Com o ressurgimento do debate quanto a migração de escravos alguns deputados alegavam que era necessário proibir urgentemente a escravidão na província, pois dificilmente braços livres trabalhariam com braços escravos. Aquela que outra fora a força motriz da economia brasileira agora é vista como um empecilho para o movimento imigracionistas.

É possível evidenciar tal situação no discurso do deputado Celidono como nos apresenta Azevedo (1987):

O deputado Celidonio, porta-voz da comissão de Fazenda — a proponente do novo projeto —, argumentou com os motivos habituais em favor da cobrança de 500\$ sobre todo cativo ingressante na província. A lavoura, por “falta de braços” — o que, segundo sua perspectiva imigrantista, queria dizer falta de colonização estrangeira —, tendia a se aniquilar; e ao mesmo tempo a existência de braços escravos era um obstáculo a esta colonização, pois os braços livres dificilmente se conciliavam com aqueles. Por isso era preciso impedir o aumento dos escravos, criando-se embaraços a sua entrada na província. (p. 112).

Portanto, fica claro que por trás da vontade de imigração também existia um certo racismo. O estrangeiro era visto como o salvador da pátria, enquanto o pobre livre e o negro escravo eram vistos com repulsa e aversão.

O racismo estava presente de diversas formas, não somente na escravidão, pois até para a escolha de quais imigrantes trabalhariam no Brasil, existiam os que eram aceitáveis e os que não, pois isso era imprescindível para o projeto de país que queriam construir por meio do branqueamento da população.

RACISMO E IMIGRAÇÃO

A partir da década de 1870, os deputados participaram de profundos debates sobre a utilização da mão de obra nacional e livre e dos imigrantes. Para alguns dos deputados que eram a favor da utilização da mão de obra nacional e livre a imigração



IV Congresso de Educação do CPAN
III Semana Integrada de Graduação e Pós-Graduação do CPAN
'Interfaces da docência: olhares e movimentos da formação inicial de professores'

não era viável, pois alguns estrangeiros não estavam aptos para o trabalho em lavoura, seja por motivo de já ter contato com máquinas, e a produção aqui acontecia de forma manual, ou por motivo de terem aptidões para serviços mais leves ou comerciais. Ainda segundo Azevedo é possível perceber esse discurso por meio da fala do Deputado Arouca:

Arouca também não via com melhores olhos aqueles que imigravam efetivamente com a intenção de trabalhar na grande lavoura. E que, a seu ver, esta intenção honrosa de alguns se inviabilizava, faltando-lhes as aptidões profissionais necessárias. Os europeus, afirmava, tendiam mais para as atividades comerciais, com exceção dos portugueses e alemães, muito propensos aos trabalhos agrícolas. Assim, o colono que não se adaptava as tarefas da lavoura, dois meses depois de chegar ao país, já encontrava motivos para brigar com o patrão, “alegando injustiça na execução do seu contrato, unicamente com fito de escapar da obrigação a que se sujeitou”. Em seguida ele se dirigia para a cidade, espaço mais apropriado para desenvolver suas aptidões naturais: “Se é italiano, ai temos o comercio de latas de folha-de-flandres; se e francês, ai temos mais um joalheiro; se e português, ai temos um armazém de cebolas, paios e presuntos (risadas); se e alemão, temos logo 4, 6, 8 vacas de leite para a manteiga (continuam as risadas), temos logo uma padaria para se misturar o trigo com o milho”. (AZEVEDO, 1987, p. 126).

Nesta época, era muito comum discursos sobre aptidões naturais de cada nação, por isso Arouca propunha que a mão de obra nacional livre fosse adaptada com as formas de trabalho da província e utilizada, não o estrangeiro, pois seria o mais viável.

Segundo nos apresenta Azevedo (1987):

Arouca oferecia uma explicação complementar para o desinteresse do colono em relação a grande lavoura. O estrangeiro já acostumado ao maquinismo chegava aqui e se deparava com uma “rotina de fogo, enxada e machado” e ainda por cima tinha de se sujeitar a este trabalho pesado, exposto ao sol e a chuva da manhã até a noite, em troca de um “miserável salário de 800 réis”.

Pesados na balança das conveniências dos proprietários, os defeitos de uns e outros, o deputado Arouca ficava com os nacionais: “os únicos que se amoldam aos costumes agrícolas” do país. Por isso ele propunha um projeto especialmente para arregimentar e organizar os nacionais livres, acostumando-os a um trabalho mecanizado que os arrancaria deste “estado semi-civilizado” e “semibárbaro” [...]. (p. 127).

Fica claro que Arouca era a favor do trabalho com utilização da coação, pois ele afirma que somente assim o nacional livre e os recém-libertos conseguiriam se



IV Congresso de Educação do CPAN
III Semana Integrada de Graduação e Pós-Graduação do CPAN
'Interfaces da docência: olhares e movimentos da formação inicial de professores'

enquadrar nos novos moldes de trabalho, pois seria impossível a produção que gerasse lucro, caso não fosse dessa forma.

O projeto de imigração ganha força novamente e começa a se concretizar. Começa-se agora uma discussão racista de qual tipo de imigrante seria interessante para a nação que se pretendia formar no Brasil.

Começam os embates entre deputados imigrantistas e os deputados que lutavam a favor do nacional livre. Vale ressaltar que não existiam muitas barreiras que separavam uns dos outros e, por vezes, trocavam de lado ou conciliavam os dois.

Nos afirma Azevedo (1987):

Embora as fronteiras entre deputados imigrantistas e aqueles favoráveis a incorporação do nacional livre a grande produção não fossem muito nítidas, uns e outros por vezes trocando de posições ou, o que foi mais frequente, procurando concilia-las, e preciso neste ponto tentar recuperar o traço distintivo destes dois posicionamentos. Trata-se do sentido racista que impregnava as proposições imigrantistas, muito diferentes das argumentações daqueles que pretendiam incorporar ex-escravos e pobres livres no mercado de trabalho. (p. 139).

Por mais que os deputados que falavam a favor dos nacionais reconhecessem a dificuldade em lidar com os mesmos em âmbito jurídicos e sociais viam a possibilidade de integrar essa força em prol da província, já os deputados imigrantistas, preferiam usar argumentos racistas para contrapor essa opção e falar em favor dos imigrantes.

Assim nos conta Azevedo (1987):

[...] é preciso neste ponto tentar recuperar o traço distintivo destes dois posicionamentos. Trata-se do sentido racista que impregnava as proposições imigrantistas, muito diferentes das argumentações daqueles que pretendiam incorporar ex-escravos e pobres livres no mercado de trabalho.

Enquanto estes últimos tendiam a considerar as dificuldades em se tratar com negros e mestiços em termos de igualdade jurídica a luz de explicações de cunho sócio-cultural, ou seja, mais nos moldes do ideário liberal, os imigrantistas, por seu turno, buscavam preferentemente as teorias raciais para embasar a defesa de seus projetos favoráveis a imigração estrangeira. (p. 140).

Como já foi citado, o racismo se dava de diversas formas: contra os negros e pobres livres as falas eram proferidas no sentido de que eram vagabundos, vadios, sem coragem para o trabalho assalariado e, ainda, falavam que esta população era o mal da província.



IV Congresso de Educação do CPAN
III Semana Integrada de Graduação e Pós-Graduação do CPAN
'Interfaces da docência: olhares e movimentos da formação inicial de professores'

Nos conta Azevedo (1987):

Quanto aos nacionais, responsáveis por esse “nosso” sangue “aguado”, nenhum entusiasmo lhes era reservado. Paula Souza não escondia sua aversão a eles, afirmando de forma taxativa: “A raça que tem feito o fundamento da província de S. Paulo é deficiente pelo lado do cinismo, da moralidade, da dignidade”. (p. 145).

Já com os estrangeiros, a vontade de miscigenação dessa raça nacional que alguns achavam ter o sangue “aguado”, ouvia-se discursos de quais estrangeiros deveriam ter preferência aqui nessas terras.

Azevedo (1987) nos afirma que os chineses também eram repudiados; pois eram vistos como um povo melhor que os africanos, porém um povo imoral, fraco e pregado às suas tradições.

Seguindo este debate, alguns deputados afirmam que o melhor estrangeiro seria o norte americano, pois são respeitosos, sabem seguir ordens e criticá-las quando preciso.

Este sentido racista pode ser bem avaliado já em 1869, quando as posições imigrantistas começam a assomar com mais ímpeto, debatendo-se intensamente a necessidade ou não de trazer norte-americanos para a província. Como uma espécie de preambulo necessário ao projeto de estabelecimento em terras paulistas de mil famílias do sul dos Estados Unidos, o deputado Aguiar Witaker saudou a próxima chegada de trezentos imigrantes norte-americanos com seus “grossos capitais” a São Paulo e aproveitou para atacar um projeto de reforma da Guarda Nacional que, em um de seus artigos, determinava o alistamento também do estrangeiro. Para ele era preciso tratar bem os imigrantes, porque somente assim este elemento de progresso e prosperidade permaneceria aqui, misturando-se a uma população desmoralizada e incapaz por si só de se levantar e desenvolver (AZEVEDO, 1987, p. 140).

Após essa afirmação sobre os norteamericanos, outros deputados diziam que os americanos não iriam se sujeitarem a qualquer tipo de emprego e que isso seria um problema, por isso, esses deputados defendiam a vinda do imigrante alemão, pois acreditavam que esses se sujeitariam aos trabalhos pesados existentes na lavoura brasileira.

Contudo, devemos observar que não foi só em 1870, que começou a vinda de imigrantes para o Brasil. Os mesmos já vinham bem antes e se instalavam nas lavouras do país, o que muda é a forma de subvenção deste trabalho, que agora passa a ser amparada pelo governo.



IV Congresso de Educação do CPAN
III Semana Integrada de Graduação e Pós-Graduação do CPAN
'Interfaces da docência: olhares e movimentos da formação inicial de professores'

Segundo nos conta Paula Beiguelman:

Já em 1840 introduzira o senador Nicolau Pereira de Campos Vergueiro imigrantes portugueses. Eram 90 colonos que foram estabelecidos na fazenda de Ibicaba, no município de Limeira, numa colônia que, no entanto, “em pouco tempo quase se desmantelou, permanecendo apenas alguns dos seus membros”. (BEIGUELMAN, 1968, p. 101).

Sendo assim, podemos analisar que a forma que queriam implantar essa imigração era nova, mas o movimento de imigração em si era o mesmo.

Após longos debates, alguns deputados defendiam uma imigração transitória, pois os europeus e os norte-americanos não iriam gostar de conviver com elementos nacionais. Essa imigração transitória aconteceria por 20 ou 30 anos, tempo suficiente para a população negra estar alforriada, morta ou ter uma grande diminuição, assim as portas estariam abertas para esses imigrantes europeus e norte-americanos.

O povo que viria substituir o trabalho negro seria os Chineses, pois segundo alguns deputados, eles eram agarrados às suas tradições e não conseguiriam viver por muito tempo no país e quando sofrem de depressão, ou qualquer outro mal, acabam se suicidando, ou seja, sua fraqueza seria o motivo para trazê-los.

Segundo Azevedo (1987):

Deixando de lado o grotesco destes debates que se desenrolavam normalmente na Assembleia, devemos observar o modo como as teorias raciais eram adaptadas ao sabor dos diversos interesses em jogo. Assim, o chinês era ruim e ponto final para os adversários do projeto. Porém, o chinês era ruim, mas... para os seus defensores. Estes esforçavam-se por demonstrar que, apesar de todos os defeitos inerentes à raça chinesa, este tipo de imigrante oferecia garantias de constituir-se apenas em elemento transitório de trabalho. A fundamentação racial para esta tese estaria na sua própria índole inferior — egoísta, atrasada, apegada às suas tradições e adversa à civilização ocidental, incapaz, portanto, de se estabelecer por toda a vida em outro país que não o seu. Outra garantia racial estaria na sua própria tendência para a autodestruição sempre que a vida o desgostasse.

Contudo, o denominador comum dessas garantias, a grande assertiva que os proponentes do projeto encontraram para tentar persuadir os contrários foi a de que o chinês era, sim, de raça inferior, porém não tão inferior quanto a do africano. (p. 151).

Após esses debates, não houve tanta dificuldade para encontrar imigrantes europeus. Criaram alguns projetos aprovados que subvencionavam suas vindas.



IV Congresso de Educação do CPAN
III Semana Integrada de Graduação e Pós-Graduação do CPAN
'Interfaces da docência: olhares e movimentos da formação inicial de professores'

A década de 1880 se consolida por uma grande quantidade de políticas imigrantistas

Segundo Azevedo (1987):

Os primeiros anos da década de 1880 podem ser vistos como uma sucessão de medidas imigrantistas, já plenamente definidas em relação a raça a ser favorecida. Em todas elas frisava-se a necessidade de oferecer vantagens específicas, bem ao gosto das aspirações que se atribuía aos imigrantes europeus, como, por exemplo, facilidades em adquirir pequenas propriedades rurais ou em se dedicar a atividades artesanais urbanas. (p. 162).

Passado algum tempo, o Italiano passa a ser o imigrante mais cogitado, por sua forma de se adaptar ao tipo de trabalho exercido nas lavouras. Os mesmos foram os primeiros a receberem represarias de pessoas e autoridades que eram contra imigração.

Segundo Azevedo (1987):

Há muito tempo que no Ribeirão Preto a força pública declarou guerra caprichosa a toda a população estrangeira; e a primeira vítima da odiosidade das autoridades foi a colônia italiana. Considerando-se ali um crime um italiano estabelecer-se com negócio, chegando-se a considerar um atentado que um estrangeiro fosse ali estabelecer-se com negócio em concorrência com os nacionais. (p. 171).

Mesmo assim a imigração consegue se concretizar e houve mais algumas tentativas de projetos para igualar o incentivo ao trabalho do nacional livre ao dos estrangeiros que aqui estavam, porém os mesmos não conseguiram aprovação. Pois os deputados que ali estavam, defendiam e representavam causas de uma elite vigente no país, o que tornava impossível que o diálogo pudesse gerar frutos tão grandiosos, uma vez que a miscigenação também era uma vontade desta elite que está tomada por um racismo feroz.

CONCLUSÃO

Faz -se necessário ressaltar que os escravos eram tidos como seres coisificados para o que interessava ao seu senhor, ou seja, eram, por este olhar, seres coisificados que podiam ser vendidos, mas era gente passível de punição.

É preciso deixar claro também que muitos historiadores escrevem sobre a história social do trabalho excluindo os escravos que foi quem manteve a economia funcionando pungentemente por mais de trezentos anos no Brasil, como se essa história



IV Congresso de Educação do CPAN
III Semana Integrada de Graduação e Pós-Graduação do CPAN
'Interfaces da docência: olhares e movimentos da formação inicial de professores'

não fosse digna de ser contada ou, até mesmo, como se a história social do trabalho só acontecesse após a abolição.

Segundo Silvia Hunold Lara:

Aqui, apesar de a abolição não ter ocorrido no bojo de uma guerra civil, 1888 foi quase sempre considerado um marco temporal separador de “dois Brasis”. A maior parte dos autores que tratam da história do trabalho no Brasil costuma iniciar sua análise no final do século XIX ou mesmo nas primeiras décadas do século XX. Identificada com a história do trabalho livre (assalariado), a história social do trabalho no Brasil contém, em si mesma, um processo de exclusão: nela não figura o trabalhador escravo. Milhares de trabalhadores que, durante séculos, tocaram a produção e geraram a riqueza no Brasil ficam ocultos, desaparecem num piscar de olhos. (LARA, 1997, p. 26).

Outro erro muito comum entre historiadores é tratar o processo de abolição da escravidão como se o mesmo desencadeasse uma transição do trabalho escravo para o assalariado, o que hoje já se sabe que não é verdade, pois os dois sistemas coexistiram. Na prática não houve um desaparecimento deste negro escravo como alguns historiadores insistem em colocar no papel.

Existia, sim, uma grande dificuldade de fazer com que o ex-escravo retornasse para o trabalho de forma assalariada, pois o negro carregava consigo as marcas da escravidão. Não se trata de recusa do labor, vagabundagem, trata-se de marcas sociais, psicológicas, e físicas muito intrínsecas nesses seres humanos tratados como coisas por séculos. Essas marcas faziam com que o ex-escravo refutasse tudo que remetia ao seu período de escravidão.

O sentido de liberdade deste negro recém liberto é bem diferente de como compreendemos a nossa liberdade. Para ele, não era questão de vender livremente sua mão de obra, é bem mais complexo que isso. Para o ex-escravo a liberdade não era algo ligado ao dinheiro, era o poder de não trabalhar perto ou na fazenda em que foi escravizado, era poder constituir uma família sem o medo de perdê-la ao ser vendido, era simplesmente poder se desgarrar das lembranças da escravidão e poder formar laços que não era possível enquanto escravo. Era ser senhor da própria sorte e se constituir como sujeito da própria existência.

Segundo Lara:

No entanto, noções diferentes de liberdade e de trabalho livre estiveram em luta no final do século XIX e início do XX. As ações de



IV Congresso de Educação do CPAN
III Semana Integrada de Graduação e Pós-Graduação do CPAN
'Interfaces da docência: olhares e movimentos da formação inicial de professores'

escravos e libertos ao longo dos séculos revelam alguns desses diferentes significados de liberdade. Às vezes, ser livre significou poder viver longe da tutela e do teto senhorial ou poder ir e vir sem controle ou restrições; outras vezes, significou poder reconstruir laços familiares e mantê-los sem o perigo de ver um membro da família ser comercializado pelo senhor. Muitas vezes, a liberdade significou a possibilidade de não servir a mais ninguém, e, aqui, a palavra liberdade adquire dimensões econômicas, conectando-se à luta pelo acesso à terra: durante a escravidão e depois da abolição, muitos ex-escravos lutaram para manter condições de acesso à terra conquistadas durante o cativeiro. Como se pode ver, estamos bem longe de entender a liberdade como a possibilidade de vender “livremente” a força de trabalho em troca de um salário. (LARA, 1997, p. 28).

Como foi mostrado acima, este também era um complicador para se conseguir mão de obra da população ex-escrava. Muito falava-se de que eles eram vagabundos ou algo do tipo, mas a única coisa que eles faziam era resistir para manter sua liberdade.

O negro escravo e ex-escravo resistia de variadas formas, desde matar seus senhores até a se recusar ao novo sistema assalariado de trabalho. Fugas individuais e coletivas eram frequentes no Brasil Império e mesmo assim todo o protagonismo ficava para os abolicionistas da época. Vale enfatizar que esses homens não apoiavam a abolição por serem bonzinhos ou não, apoiavam por conta da pressão da população escravizada que estava cada vez mais resistente e lutando contra os seus senhores, os abolicionistas defendiam o interesse desses senhores e não dos escravos.

Segundo Lara:

Em nome da justiça e da humanidade burguesas, os abolicionistas erigiam-se em procuradores dos oprimidos, excluindo-os da luta pela liberdade e da própria história. Em nome de um projeto de emancipação dos oprimidos do século XX, cientistas sociais, historiadores e militantes de partidos e movimentos acabaram por fixar a mesma imagem. (LARA, 1997, p. 28).

O que não é verdade, pois negros e negras sempre foram agentes de suas histórias, principalmente no que tange as questões ligadas a resistência. A luta foi algo que sempre esteve presente na vida do negro, seja ele escravo ou já liberto. Vale ressaltar que no contexto da década de 1880 a situação já estava insustentável pela resistência dos próprios negros, porém, já havia um movimento abolicionista muito forte, tanto na classe política, como em setores diversos da sociedade.

Segundo Maria Helena Machado:



IV Congresso de Educação do CPAN

III Semana Integrada de Graduação e Pós-Graduação do CPAN

'Interfaces da docência: olhares e movimentos da formação inicial de professores'

Enredados desde 1871 numa amarga discussão a respeito da legitimidade da escravidão e do concomitante direito à indenização da propriedade escrava, os senhores, na década de 80, tiveram que colocar-se definitivamente na defensiva. Tão longe chegaram os questionamentos a este respeito que, em 1883, Nabuco, ao redigir o clássico *Abolicionismo*, tocando no ponto mais polêmico do problema, lembrava aos escravocratas que muito poucos deles poderiam efetivamente provar a legitimidade de sua propriedade, uma vez que a maior parte dos cativos, sobretudo os das fazendas cafeeiras do Sudeste, eram indubitavelmente descendentes de africanos, ilegalmente entrados no país após 1831 e, nesse caso, injustamente mantidos em cativeiro. (MACHADO, 1994, p. 26).

Dentre os setores que apoiavam o abolicionismo, havia advogados que auxiliavam escravos fugitivos ou que reclamavam sua liberdade, esses advogados os amparavam juridicamente.

Muitos levantes escravos também aconteciam, mas nem todos eram na intenção de acabar com a escravidão, mas sim amenizar a repressão sofrida pelos escravos.

Segundo João José Reis

As rebeliões representaram a mais direta e inequívoca forma de resistência escrava coletiva. Mas nem toda revolta previa a destruição do regime escravocrata ou mesmo a liberdade imediata dos escravos nela envolvidos. Muitas visavam apenas corrigir excessos de tirania, diminuir até um limite tolerável a opressão, reivindicando benefícios específicos -- às vezes a reconquista de ganhos perdidos -- ou punindo fatores particularmente cruéis. Eram levantes que alvejavam reformar a escravidão, não destruí-la. (REIS, 2000, p. 3).

Contudo, podemos ver que acontecia meio que uma negociação forçada, mas nunca a submissão total à escravidão. Por isso, não podemos falar que o negro foi passivo e não tenha lutado.

O negro não descansou um minuto que seja enquanto não conquistou a tão sonhada liberdade, pois foi extremamente presente nos processos de luta que ali existiram, seja na recusa ao trabalho, seja nas fugas para quilombos, seja na matança de senhores de escravos ou com o seu próprio suicídio.

O que para muitos era tido como vagabundagem, vadiagem ou incapacidade de se adequar ao novo sistema de trabalho, na verdade, era uma luta constante por liberdade ou manutenção da mesma. Sendo assim, apesar do movimento abolicionista



IV Congresso de Educação do CPAN
III Semana Integrada de Graduação e Pós-Graduação do CPAN
'Interfaces da docência: olhares e movimentos da formação inicial de professores'

ter um importante papel na libertação dos escravos, podemos dizer que os mesmos foram agentes de suas liberdades.

REFERÊNCIAS

BEIGUELMAN, Paula. Sociologia e Política-A Grande Imigração em São Paulo-I. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, n. 3, p. 99-116, 1968.

AZEVEDO, Celia Maria Marinho. **Onda negra, medo branco**: o negro no imaginário das elites--século XIX. Annablume, 1987.

LARA, Silvia Hunold. Escravidão, cidadania e história do trabalho no Brasil. **Projeto História. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História. ISSN 2176-2767**, v. 16, 1997.

MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. **O plano e o pânico**: os movimentos sociais na década da abolição. Editora Ufrj, 1994.

PENTEADO, Yara. Como se de ventre livre nascido fosse...: cartas de liberdade, revogações, hipotecas e escrituras de compra e venda de escravos, 1838 a 1888. Campo Grande: SEJT; SEEED; Ministério da Cultura; Fundação Cultural Palmares. **Arquivo Público Estadual**, 1993.

REIS, João José. "NOS ACHAMOS EM CAMPO A TRATAR DA LIBERDADE": A RESISTÊNCIA ESCRAVA NO BRASIL OITOCENTISTA. **Viagem incompleta**: a experiência brasileira (1500-2000). Formação: histórias. São Paulo: Editora do Senac, p. 241-263, 2000.